

ANTP, Fórum Nacional e entidades aliadas participam como membros titulares do Conselho Nacional das Cidades

Representada por seu diretor executivo, Nazareno Affonso, a ANTP ocupa uma das 70 vagas titulares do Conselho Nacional das Cidades, constituído no âmbito do Ministério das Cidades. A definição de quais entidades de nível nacional teriam assento nesse organismo aconteceu no final da 1ª Conferência Nacional das Cidades, realizada de 23 a 26 de outubro de 2003, em Brasília.

Também têm assento no Conselho Nacional de Cidades entidades aliadas da ANTP, como o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito, a Confederação Nacional de Trabalhadores em Transporte (CNTT/CUT), a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU), o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR) e organizações do movimento popular, além da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET), que está na suplência do conselho.

Missão e composição. A missão do Conselho Nacional das Cidades é auxiliar o Ministério das Cidades na elaboração e

condução das políticas urbanas do País e nele estão representadas entidades da sociedade civil organizada e das três instâncias de governo.

Os movimentos populares têm 19 representantes e constituem o maior grupamento do órgão coletivo. Entidades de trabalhadores e representativas do setor empresarial têm sete representantes cada uma. As entidades acadêmicas – segmento em que se encontra a ANTP – têm quatro representantes, e as organizações não-governamentais têm três representantes. O governo federal possui 14 representantes; os governos estaduais, seis; e as prefeituras, dez. Nos debates da conferência, aprovou-se a inclusão de um corpo de 27 representantes estaduais – um por Estado – com direito a voz, mas sem direito a voto nas reuniões do conselho.

Início. A 1ª Conferência Nacional das Cidades foi aberta pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que, em discurso, abordou algumas das principais questões que afetam as cidades, sem, contudo fazer referência à questão da mobilidade urbana.

Participaram do evento 2.510 delegados apontados nas conferências estaduais concluídas em setembro último, as quais, por sua vez, foram precedidas por conferências municipais e regionais em todo o País. Os delegados foram escolhidos de acordo com os segmentos que representavam, e não por critérios geográficos.

No encerramento da conferência, o ministro Olívio Dutra disse que sua expectativa é de que o Conselho Nacional das Cidades se reúna pela primeira vez ainda em 2003.

A Comissão Executiva da Conferência – da qual a ANTP também faz parte – elaborará um documento que refletirá o que foi discutido nas reuniões plenárias da conferência. Esse documento terá a forma de um livro, com exemplares entregues a todos os participantes do conselho. O teor do documento é considerado uma contribuição da sociedade sobre o que ela quer, em forma de política nacional, para melhorar a qualidade de vida, a gestão das cidades. As áreas críticas apontadas pelos delegados são habitação, saneamento básico, transporte e a gestão dos municípios.

Um fórum autônomo, com idéias nascidas da sociedade

“O Conselho Nacional das Cidades é um grande fórum de elaboração de políticas públicas, que deve guardar autonomia em relação ao governo e mostrar que a sociedade tem propostas para políticas urbanas e para a inserção das questões urbanas na agenda nacional”, disse o diretor executivo e representante da ANTP no órgão, Nazareno Affonso.

Autonomia e distanciamento crítico do governo são pontos vitais para o funcionamento do organismo colegiado. “Se atuar como um conselho ‘chapa branca’, estará morto. Terá que ser um conselho que expresse os pontos de vista e a vontade da sociedade”, afirmou o dirigente da ANTP, admitindo que, em certas situações, poderá haver confronto com propostas nascidas das administrações, nas três esferas de governo. “Por exemplo, há setores do governo federal contrários a que se direcionem os 25% da Cide/Combustível para a infra-estrutura de transportes, ou que não querem a venda de diesel mais barato para o transporte público. Da mesma forma, há áreas nos governos estaduais contrárias a que se conceda isenção de ICMS para os veículos de transporte público. E nos

municípios também haverá resistências a que se criem fundos municipais com recursos de multas, de impostos e de taxas”, assinalou.

Otimismo. De todo modo, Nazareno Affonso está otimista, primeiro porque não houve sequer uma proposta que defendesse a priorização do veículo individual, com políticas utilizadas até aqui como subsídios diversos, isenção de impostos, prioridade para o automóvel no viário ou facilidades de financiamento.

Por sua vez, teses do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), coordenado pela ANTP e que reúne mais de 200 entidades da área de transporte público e de fora do setor, estarão presentes no texto que sistematiza as propostas da 1ª Conferência Nacional das Cidades, como, por exemplo, prioridade ao transporte público, corredores exclusivos para ônibus, investimentos em sistemas metro-ferroviários, inclusão dos portadores de deficiências, investimento em calçadas, estímulo a pedestres e ciclistas, combate à poluição, restrição e disciplinamento do automóvel e fim da impunidade no trânsito, entre outras.

Além disso, entidades filiadas ao

MDT ou afinadas e sensíveis às idéias desse movimento constituem mais da metade dos órgãos com assento no Conselho Nacional das Cidades. “E esse é um dos sentidos do conselho: amplificar e buscar a viabilização das propostas do movimento, que não vão ser mais apenas do MDT, e sim de amplas parcelas da sociedade”.

Atuação. O Conselho Nacional das Cidades vai aprofundar as políticas e propostas que vêm sendo apresentadas pela sociedade e vai pautar governos nas três esferas administrativas. “Isso tem que ficar bem claro: não se trata de um conselho federal, mas de um conselho nacional e, como tal, está compondo responsabilidades, dos governos municipais, estaduais e da União, e também da sociedade como um todo”.

Cada uma dessas instâncias deve perceber-se como parte do processo e oferecer seus esforços para a organização e o desenvolvimento das propostas, visando articulá-las em nível regional e local e regional. “Queremos que haja capilaridade, que as propostas emanadas do Conselho possam penetrar em todos os setores da sociedade”.